



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2023

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2023/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. 0000480-47.2022.6.22.8000

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
ENTRE O TRE-RO E A ABRADep, PARA
FINS DE COMPARTILHAMENTO DE
CONHECIMENTOS E RECURSOS NO
CAMPO DA PESQUISA E ENSINO.**

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador PAULO KIYOCHI MORI, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. ***2600/SSP-SP e do CPF nº. ***.734.148-**, e, de outro lado, a ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL - ABRADep, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.083.172/0001-71, com sede no SHIS, Quadra 04, Conjunto 01, Casa 2 – Lago Sul, CEP: 71.610-215, em Brasília /DF, E-mail(s): secretaria@abradep.org; vaniaaieta@yahoo.it, Telefone(s): (21) 2208-7030/(21) 98686-4545, neste ato representado por sua Coordenadora Geral, VÂNIA SICILIANO AIETA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº ***940, expedida pela OAB/RJ e do CPF nº. ***.075.787-**, ambas instituições neste documento denominadas partícipes, consideram do maior interesse para a persecução dos objetivos destes organismos a colaboração nos domínios específicos de ambas as partes, pelo que estabelecem de comum interesse o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA, mediante autorização constante na Decisão n. 30/2023/PRES/ASSPRES, de 30/05/2023 (evento [1013995](#)) e consoante as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente instrumento tem por objeto a cooperação entre os ora partícipes com suas experiências técnico-científicas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e de conhecimentos e recursos nos campos da pesquisa e ensino, especificamente na área de Direito Eleitoral.

CLÁUSULA SEGUNDA – Para o cumprimento da cláusula anterior, as partes acordam o desenvolvimento de programas e projetos que compreenderão:

1. desenvolvimento conjunto de projetos de pesquisa e extensão sobre Jurisdição, Cidadania e Direito Eleitoral;
2. intercâmbios de pesquisadores e estudiosos, visando à investigação científica e a partilha de experiências;
3. desenvolvimento conjunto de programas acadêmicos, de formação e de qualificação, tais como a realização de cursos, seminários, simpósios e congressos, observado obrigatoriamente: (i) o percentual mínimo 30% de cada gênero entre palestrantes e expositores, conforme critérios do Selo ABRADep; (ii) o incentivo à participação de pessoas com deficiência e pessoas negras; (iii) o respeito às normas de acessibilidade de eventos e comunicações;
4. intercâmbio de material bibliográfico e de publicações, respeitando-se as eventuais normas internas de cada entidade, as normas de acessibilidades, e adequada difusão através dos canais estabelecidos conjuntamente;
5. produção conjunta de documentos, nomeadamente de artigos científicos e técnicos para revistas e reuniões científicas decorrentes das atividades do presente acordo; e
6. desenvolvimento de outras atividades que apresentem manifesto interesse comum no âmbito do Direito Eleitoral, correlacionados com os propósitos deste acordo.
7. Para fins de organização das atividades descritas nesta cláusula, os parceiros deverão propor plano de trabalho contemplando, no mínimo: objeto, objetivo, justificativa, cronograma de execução e atribuições dos parceiros – específicas para aquele plano de trabalho – com aceite expresso do parceiro não proponente.

CLÁUSULA TERCEIRA – Os projetos e ações previstas na cláusula anterior serão definidos no(s) Plano(s) de Trabalho respectivo(s) conforme item 7. da Cláusula Segunda.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUARTA – A publicação de trabalhos realizados e de resultados obtidos em comum deverá preservar os direitos de seus autores e das partes, respeitando as leis que versam sobre a matéria de publicações e proteção intelectual.

CLÁUSULA QUINTA – Os partícipes deste Acordo, dentro de suas respectivas competências, devem cumprir o que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018, e as demais normas aplicáveis a este instrumento.

DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-RO

CLÁUSULA SEXTA - São obrigações do TRE-RO:

1. Dar publicidade aos programas e projetos deste acordo em seus meios de comunicação; e
2. Realizar outras atividades necessárias à plena execução deste Acordo.

DAS OBRIGAÇÕES DA ABRADep

CLÁUSULA SÉTIMA - São obrigações da ABRADep:

1. Dar publicidade aos programas e projetos deste acordo em seus meios de comunicação; e
2. Realizar outras atividades necessárias à plena execução deste Acordo.

DA GRATUIDADE DESTES ACORDO E DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADES AO TRE-RO

CLÁUSULA OITAVA - O presente instrumento apresenta natureza eminentemente voluntária e graciosa, não implicando em transferência de recursos financeiros, determinando-se que os ônus decorrentes de ações específicas desenvolvidas em razão deste instrumento são de responsabilidade dos respectivos partícipes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA NONA - O TRE-RO está isento de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária para com a ABRADEP e terceiros, em relação a qualquer ação ou omissão praticada por esta última, direta ou indiretamente relacionada a este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – Toda a divulgação, produção ou publicação que se faça de atividade no âmbito do presente acordo deverá incluir, de forma expressa, referência às instituições, utilizando os seus logotipos, mencionando, explicitamente, com igual destaque, a natureza e proveniência da cooperação, bem como as normas de acessibilidade, sendo expressamente vedada a menção de nomes de pessoas ou agentes públicos específicos, sem favorecimento de qualquer servidor ou autoridade, em decorrência do princípio da impessoalidade,

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente acordo terá a duração de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, podendo ser prorrogado se houver interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante lavratura de Termo Aditivo e mediante solicitação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência inicial.

Subcláusula única - O presente instrumento pode ser denunciado ou rescindido antes desse prazo, consoante previsto na Cláusula “DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO” deste instrumento.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Este Acordo poderá ser alterado, sendo que qualquer alteração, modificação, complementação, ajuste ou outros fatores atinentes ao presente acordo somente produzirão efeitos legais se incorporados mediante lavratura e assinatura de termo aditivo ou simples apostilamento a este instrumento, entrando em vigor a partir da data acordada por ambas as instituições, ficando impedida qualquer alteração do objetivo e das metas deste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O presente Acordo poderá ser denunciado ou rescindido por iniciativa de qualquer dos partícipes a qualquer tempo, mediante notificação escrita e justificada, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, devendo as duas partes tomarem as medidas necessárias para evitar qualquer prejuízo para si ou para terceiros, entendendo-se que as ações em desenvolvimento deverão ser continuadas até a sua conclusão.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização do presente Acordo de Cooperação Técnica ficará sob a responsabilidade do Secretário da Escola Judiciária Eleitoral - EJE, telefone(s): (69) 3211-22121 e 3211-2070, e-mail(s): eje@tre-ro.jus.br, ou por seu respectivo substituto, na sua ausência, competindo a esses as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

Subcláusula única - A atuação ou a eventual omissão da Gestão e da Fiscalização durante a execução deste instrumento não poderão ser invocadas para eximir a ABRADEP da responsabilidade pelo cumprimento deste Acordo.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O presente instrumento é firmado com fulcro nos artigos 55 c/c 57 c/c art. 116, todos da Lei n. 8.666/93, e se aplicam a este Acordo a referida Lei e as demais normas cabíveis.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- Os casos omissos e as dúvidas provenientes deste acordo serão preferencialmente resolvidos de comum acordo pelas instituições signatárias.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – O TRE-RO providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, de eventuais aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia - DJE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei 8.666/1993.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei 8.666/1993, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Acordo ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem em concordância, lavrou-se o presente instrumento, que, após lido e achado conforme pelas partes, foi assinado por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO.

Porto Velho/RO, 31 de maio de 2023.

| | |
|---|--|
| Desembargador PAULO KIYOCHI MORI Pela Presidência do TRE-RO | VÂNIA SICILIANO AIETA Pela ABRADep |
| Fábia Maria dos Santos Silva CPF: ***.849.102-** Testemunha | Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 01/06/2023, às 15:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VÂNIA SICILIANO AIETA, Usuário Externo**, em 02/06/2023, às 19:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 05/06/2023, às 14:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 05/06/2023, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1015724** e o código CRC **CBD777B6**.

0000480-47.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0000480-47.2022.6.22.8000

INTERESSADO: ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DE RONDÔNIA - EJE/RO e TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - TRE/RO.

ASSUNTO: MINUTA DE TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO PROPOSTO PELA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL E POLÍTICO (ABRADEP) – ANÁLISE.

PARECER JURÍDICO Nº 39 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado no Gabinete da Presidência deste Tribunal para tramitação de pleito aviado pela Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP), consistente na proposta de celebração de Termo de Cooperação Técnica entre essa entidade, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia (EJE-RO), com a finalidade precípua de cooperarem com suas experiências técnico-científicas e de conhecimentos e recursos nos campos da pesquisa e ensino, especificamente na área de Direito Eleitoral. Instruem o referido pedido: a) E-mail da direção da ABRADEPE, com a exposição da pretensão (0790469); b) Ofício n. 12, de 11/02/2022, da mesma entidade, igualmente trazendo os contornos gerais da parceria proposta (0790470), tendo como anexo a minuta do acordo de cooperação noticiado (0790476).

02. Após a tramitação regular, a pretensão foi objeto de análise desta Assessoria Jurídica por meio do Parecer Jurídico n. 46/2022 ([0839510](#)) que assim concluiu:

(...)

09. Pelo exposto, sugerem-se os seguintes encaminhamentos:

I – Em razão do interesse manifestado pelo Excelentíssimo senhor Diretor da EJE (0825888), que essa unidade elabore e traga ao processo o **plano de trabalho** proposto pela organização interessada (ABRADEP), devidamente aprovado por essa autoridade, em cumprimento ao **§ 1º do art. 116 da Lei n. 8.666/93**;

II – Após o cumprimento dessa formalidade legal o processo deverá ser enviado à Seção de Contratos – SECONT, para elaboração de minuta própria deste Tribunal, momento em que deverão ser sistematizadas as alterações registradas neste parecer.

III – Por fim, juntada a referida minuta ao processo deverá ele retornar a esta unidade jurídica para análise e eventual aprovação, na forma prescrita pelo **Parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93**.

03. Pelo Despacho n. 1198/2022 ([0839735](#)), o titular da SAOFC determinou o envio do processo à **EJE** para manifestação e juntada das informações requeridas no parecer, à SECONT para elaborar a minuta do instrumento contratual e, por fim, a esta unidade para prosseguimento. Após a minuta juntada pela EJE ([0974149](#)), a Seção de Contratos trouxe ao processo a minuta definitiva ([0982616](#)) para análise jurídica. É o necessário relato.

II – DA ANÁLISE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1. Da possibilidade de celebração de acordos de cooperação técnica pela Administração Pública

04. Registra-se que, nos **itens 3 a 6 do Parecer Jurídico n. 46/2022 (0839510)**, esta unidade concluiu que, tendo como fundamento o art. 116 c/c o art. 55 da Lei n. 8.666/93, é possível afirmar a possibilidade jurídica da celebração de acordos de cooperação técnica por órgãos da Administração Pública com entes públicos ou privados sem fins lucrativos, com o objetivo de firmar interesse de mútua cooperação técnica, como o que parece pretendido neste processo, motivo pelo qual se torna desnecessária uma nova análise.

2.2. Dos elementos específicos da minuta de acordo de cooperação técnica proposta pela ABRADEP.

05. De igual forma, no **item 8 do referido parecer jurídico**, esta unidade concluiu pela adequação do conteúdo da minuta antes apresentada, registrando, todavia as seguintes ocorrências que mereciam ajustes:

I - Representação: registro da representação, no ato, pelo Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia: adequada na nova minuta;

II - Denominação das partes: adotar TRE-RO de um lado e ABRADEP de outra: adequada na nova minuta;

III - Fundamento: art. 116 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993: adequado na nova minuta;

IV - Plano de Trabalho - nova regra do item 7 da Cláusula Segunda - adequado na nova minuta;

V - Cláusula do Foro: nova regra da Cláusula Décima Oitava - adequada na nova minuta;

VI - Instrumento do próprio TRE-RO: cumprida com a nova minuta juntada pela SECONT.

06. Assim, por seu **conteúdo**, no que relevante, verifica-se que as atribuições da Justiça Eleitoral disciplinadas no documento sob exame, são adequadas às finalidades que se pretende atingir, consistente na publicidade aos programas e projetos deste acordo em seus meios de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comunicação, além outras atividades necessárias à plena execução do Acordo. Nesses termos, verifica-se que a parceria buscada por meio do Acordo de Cooperação que se pretende firmar com a **ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL - ABRADEP**, encontra-se em conformidade com os parâmetros normativos da **Lei n. 8.666/93**. Por fim, constata-se a **legitimidade das partes**, claramente dirigidas à realização dos desideratos legal-institucionais dos dois órgãos partícipes.

III – DA CONCLUSÃO

07. Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica, considerando que existe conveniência do objeto para a Administração, demonstrada principalmente pela minuta juntada pela EJE no evento [0974149](#) - integrando a esta a análise antes realizada no Jurídico n. 46/2022 ([0839510](#)), não encontra óbice na celebração do Termo de Cooperação Técnica analisado, pelo prazo de 36 meses, prorrogável até 60 meses, com fundamento nos **artigos 55 c/c 57 c/c art. 116, todos da Lei n. 8.666/93**.

08. Para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, **APROVA** os termos e condições da minuta do Acordo de Cooperação Técnica juntada a este processo no evento [0982616](#), estando o instrumentos apto a regular e normatizar o ajuste pretendido.

09. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou apenas os aspectos formais e jurídicos do pedido a ela submetida, já que não incumbe a esta unidade, nos termos regimentais, avaliar e pronunciar-se acerca de outras questões, notadamente o mérito pretendido pelo ajuste.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 13/03/2023, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0986988** e o código CRC **EA4EA63B**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0000480-47.2022.6.22.8000

Processo: 0000480-47.2022.6.22.8000

Interessada: Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADEP

Assunto: Acordo de Cooperação Técnica.

DECISÃO Nº 30 / 2023 - PRES/ASSPRES

Visto.

A Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP) solicitou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica junto a este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia para a realização de projetos de pesquisa, ações de educação, ensino e capacitação, debates acadêmicos, intercâmbio de pesquisadores, docentes e material bibliográfico, produção e publicação de documentos técnicos e científicos, dentre outros propósitos, conforme consta no Ofício 12/2022 ([0790470](#)).

A Escola Judiciária Eleitoral deste Tribunal (EJE-RO) manifestou interesse na celebração do acordo ([0831001](#)).

A Assessoria Jurídica da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (AJSAOFC) emitiu o Parecer Jurídico n. 39/2023 ([0986988](#)), concluindo pela legalidade de eventual adesão ao Acordo de Cooperação Técnica proposto pela ABRADEP, pelo prazo de 36 meses, prorrogável até 60 meses, com fundamento nos artigos 55 c/c 57 c/c art. 116, todos da Lei n. 8.666/93.

A Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) manifestou-se pela celebração do Acordo de Cooperação Técnica, com o objetivo de compartilhamento de conhecimentos e recursos no campo da pesquisa e ensino, especificamente na área de Direito Eleitoral ([0987061](#)).

A Diretoria-Geral (DG) também manifestou favoravelmente ao pedido da ABRADEP, nos termos da minuta de evento n. [0982616](#).

É o relatório.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

As parcerias institucionais para realização de pesquisas jurídicas e cooperação acadêmica fortalecem a operacionalização e o desenvolvimento de atividades técnicas e científicas e são comuns no âmbito do Poder Judiciário. Em relação ao Direito Eleitoral, essas propostas de cooperação são fundamentais, tendo em vista a importância de discussão dos temas ligados à matéria e da constante evolução legislativa e jurisprudencial dessa disciplina.

A proposta formulada pela Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP), especialmente o que consta nas cláusulas segunda, terceira e quarta da minuta de acordo apresentada no evento n. [0790476](#) enriquecerá as atividades de ensino e educação em andamento neste Tribunal, bem como poderá incentivar o desenvolvimento de novos projetos e formações.

Após as providências de praxe, o modelo de acordo foi submetido à análise jurídica da equipe técnica deste Tribunal, não havendo óbice para a sua celebração, especialmente em razão de que não haverá obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes, bem como o fato de os ônus decorrentes das ações a serem desenvolvidas após a assinatura do instrumento se submeterão à responsabilidade dos respectivos partícipes.

Ante o exposto, considerando as informações constantes nos autos, bem como as manifestações do Diretor da Escola Judiciária Eleitoral ([0825888](#)) e da Diretoria-Geral ([1000347](#)), **AUTORIZO** a celebração do Acordo de Cooperação Técnica proposto pela Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP) por meio do Ofício n. 12/2022 ([0790470](#)), nos termos da minuta de evento n. [0982616](#).

À EJE-RO, para ciência.

À DG e à SECONT, para ciência e providências.

Porto Velho, 30 de maio de 2023.

Desembargador KIYOCHI MORI

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 30/05/2023, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1013995** e o código CRC **FB92530B**.

0000480-47.2022.6.22.8000